

# Índice

Índice.....	2
Sumário Executivo .....	3
1. Introdução .....	4
2. Justificativa .....	5
3. Delineamento metodológico - a estratégia analítica do estudo de casos comparados.....	8
3.1. O estudo de caso comparado: principais aspectos, vantagens e limitações	8
3.2. A escolha dos casos/países: critérios de seleção e relevância .....	11
4. A coleta de dados.....	14
4.1. O processo de trabalho: equipe, funções, Produtos Internos e Produtos Finais .....	15
5. Referências bibliográficas .....	21

## Sumário Executivo

- O “Projeto Metodologia para Conceber e Executar Plano de Mobilização Brasileira pela Inovação Tecnológica – MOBIT” realizará um **levantamento das principais experiências de mobilização empresarial pela inovação em sete países – EUA, Canadá, Irlanda, Reino Unido, França, Finlândia e Japão.**
- Seu principal objetivo é realizar um **benchmarking internacional** das **iniciativas pela inovação** implementadas nos sete países do estudo, procurando construir um painel comparativo de **seus acertos, erros, limitações e fracassos.**
- Delegações de pesquisadores do Projeto MOBIT farão viagens aos países selecionados para realizar entrevistas com **membros de agências governamentais** diretamente envolvidas na formulação, implementação e acompanhamento de políticas de inovação; **empresários** de setores e empresas com foco na inovação; **pesquisadores** da área de estudos sobre inovação e políticas públicas voltadas para inovação.
- O Projeto será concluído com a apresentação de uma **agenda de propostas e sugestões** para implementação de um **plano brasileiro de mobilização empresarial pela inovação.**

# 1. Introdução

Este Delineamento Metodológico refere-se ao Produto 1 do contrato estabelecido entre a ABDI (Agência Brasileira para o Desenvolvimento Industrial) e o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise de Planejamento) - sob o marco das atividades do Observatório da Competição e Inovação, iniciativa conjunta entre a ABDI, o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e o IEA-USP (Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo) - para a realização do “Projeto Metodologia para Conceber e Executar Plano de Mobilização Brasileira pela Inovação Tecnológica - MOBIT”. O Projeto realizará um levantamento das experiências de mobilização empresarial pela inovação em sete países – EUA, Canadá, Irlanda, Reino Unido, França, Finlândia e Japão – elaborando um conjunto de propostas para implementação no Brasil de um plano de mobilização empresarial pela inovação.

O Delineamento Metodológico consiste no planejamento das diferentes fases das atividades de pesquisa e consultoria em relação ao Projeto e aos demais Produtos a serem entregues à contratante, bem como ao estabelecimento dos procedimentos metodológicos, de seleção e justificação das fontes de dados (bibliográficas, documentais, instituições e pessoas a serem entrevistadas), das estratégias analíticas e dos procedimentos de apresentação dos resultados da pesquisa. Trata, portanto, da *explicitação dos procedimentos de coleta e análise de dados e do processo de trabalho envolvido nas atividades de pesquisa*, subdividindo-se nas seguintes partes: 1) a justificativa do tema, da relevância do estudo e de sua replicabilidade ao caso brasileiro; 2) os fundamentos do delineamento metodológico; e 3) a coleta de dados e o processo de trabalho.

## 2. Justificativa

O reconhecimento da importância da inovação tecnológica na economia contemporânea atingiu um ponto de amplo consenso entre empresários, governantes, formuladores de políticas públicas e a comunidade científica dos países mais avançados e da maior parte dos emergentes. Essa realidade se deve aos resultados positivos que os processos de inovação introduziram nessas economias, sendo que, em muitas delas, eles foram diretamente responsáveis por saltos na competitividade e na qualidade do sistema produtivo.

No Brasil, a palavra Inovação conta hoje com uma audiência crescente e já bastante significativa. Diferentemente do passado, quando seu conceito básico apresentava-se imediatamente relacionado aos segmentos de alta tecnologia ou associados à pesquisa científica de longa duração, inovação tende a se revestir de um sentido mais moderno, associado a todos os processos capazes de transformar uma idéia em um produto ou processo com um diferencial de mercado, seja na indústria, nos serviços, no comércio ou na agricultura. Essa visão mais ampla e prática dos processos de inovação enfrenta resistências cada vez menores, seja no meio empresarial, seja entre instituições e políticas de governo, a começar da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que tem a Inovação como seu eixo ordenador.

Essa nova realidade no Brasil é chave para o nosso presente e futuro, pois enseja, antes de tudo, um debate público sobre a construção de uma Agenda de Inovação, capaz de preparar o País para os desafios que já se colocam diante de nós.

Inovação é um conceito móvel, mutante, que acompanha a evolução das sociedades. Exige profundo tratamento multidisciplinar e multidimensional. Como processo, é alimentado – e se alimenta – de insumos originados em diferentes áreas, se reproduz em distintos campos e se desenvolve em múltiplas esferas de atividades. Estudos mais recentes dos países avançados mostram que se trata de um processo colaborativo e comunicativo, fruto de um fluxo contínuo de informação entre engenheiros, cientistas, empresários e usuários. Trabalhadores e

consumidores adotam novas idéias, tecnologias, processos e conteúdos exigindo cada vez mais criatividade daqueles que dão forma, concretizam e processam a inovação. Mais do que isso, a inovação se coloca cada vez mais numa encruzilhada global, recebendo tendências, exigências, demandas, sugestões, tecnologias e idéias de todo e qualquer canto do planeta.

O conceito de inovação deve ser entendido de modo amplo, ou seja, como inovação de processo, de produto, como inovação organizacional, logística ou de marca, ocorra ela na indústria, nos serviços, no comércio ou na agricultura. Inovação não é uma invenção; inovação é uma idéia que adquire materialidade no mercado, que permite retorno para quem a introduziu. Inovação é a transformação de uma invenção em um produto comercializável. Por isso mesmo, *o locus por excelência da inovação é a empresa.*

Uma economia baseada na Inovação é fundamentalmente distinta de uma economia sustentada pela indústria ou mesmo pela informação. A economia da inovação não pode prescindir de uma nova visão, de uma nova abordagem e, por isso mesmo, de uma nova agenda.

Não é a toa que muitos países têm sido levados a promover uma seqüência de experimentações – que atingem as empresas, órgãos de governo, universidades e entidades da sociedade civil – procurando criar as melhores condições para estimular as empresas a inovar permanentemente, de modo a conquistar a liderança dos processos intensivos em conhecimento, de novas tecnologias, modelos de negócio, de produtos e processos.

Todo País que procura enfrentar com seriedade a construção de seu futuro tende a desenvolver programas orientados para estimular e gerar uma nova cultura, para criar condições de estabelecimento de mercados amigáveis para a inovação, capazes de gerar e absorver a mobilidade de talentos, de organizações e de conhecimentos necessários para gerar um novo padrão de competitividade. Essa é a realidade hoje na Europa, na América do Norte e na Ásia, realidade confirmada pelas evidências de que o motor de longo prazo do crescimento econômico é a inovação.

Diálogo, persuasão, envolvimento e mobilização são os termos fortes que freqüentam as agendas dos países que mais alcançaram resultados positivos quanto à elevação de seu padrão de competitividade.

No Brasil estamos ainda engatinhando nessa área, em que pese inúmeros movimentos e grupos que assumem cada vez mais essa perspectiva.

No entanto, mesmo nos países que viveram experiências mais avançadas, a forma como se dá a articulação entre todos os atores que precisam ser envolvidos por uma efetiva política de inovação ainda permanece como tema de debate.

A diversidade, heterogeneidade cultural e histórica, a disparidade de meios e instrumentos exige de cada País um esforço para definir as condições e as metas que precisam ser atingidas.

Exatamente por isso, estudos comparativos mais sistemáticos precisam ser realizados para servirem de referência e se mostrarem capazes de oferecer subsídios ao desenho institucional de formas de mobilização da sociedade (governo, agências e órgãos de Estado, empresários e universidades) para a construção de um ambiente de inovação. Esta pesquisa avança nesse sentido, por meio da realização de um estudo de casos comparados entre o Brasil e outros sete países: EUA, Canadá, Irlanda, Inglaterra, França, Finlândia e Japão. O objetivo primordial é construir uma *agenda propositiva de sugestões* de iniciativas de mobilização pela inovação a serem implementadas no Brasil.

### **3. Delineamento metodológico - a estratégia analítica do estudo de casos comparados**

Das inúmeras abordagens consagradas pela literatura nacional e internacional sobre análise de políticas públicas, o estudo de casos comparados destaca-se como uma das mais férteis do ponto de vista da análise comparada de políticas, atores e contextos sociais, econômicos e históricos variados. Suas vantagens, do ponto de vista analítico, teórico, mas também, e sobretudo, em termos de formulação de uma agenda propositiva destinada a subsidiar e informar o desenho de políticas públicas e iniciativas similares àquelas sob estudo, colocam o estudo de casos comparados entre as estratégias mais úteis para a *montagem de um painel de complementaridades que podem ajudar a reflexão sobre o Brasil*.

#### **3.1. O estudo de caso comparado: principais aspectos, vantagens e limitações**

Segundo Yin (2003), o estudo de caso é a estratégia metodológica mais adequada quando o fenômeno sob investigação é contemporâneo, envolve uma série de variáveis direta ou indiretamente relacionadas ao tema de pesquisa, mas que não estão necessariamente ligadas - ou não têm relevância - ao fenômeno de interesse, quando a diferença entre o fenômeno e seu contexto não é clara nem precisa, quando o pesquisador utiliza múltiplas fontes de informação e apóia-se nos desenvolvimentos teóricos e empíricos anteriores para tirar suas conclusões e generalizar seus achados.

A primeira distinção fundamental a ser feita refere-se aos propósitos do estudo (exploratório, explanatório ou descritivo). Em função dos objetivos desta pesquisa, o propósito deste estudo mistura as três abordagens: é um estudo *exploratório*, pois procura realizar uma primeira abordagem do tema, testando

algumas hipóteses sobre as trajetórias de cada país; é um estudo *descritivo*, no sentido de que ele pretende montar um painel das forças e fraquezas de sete diferentes experiências internacionais de mobilização e construção institucional e de políticas públicas com foco na inovação; e é também um estudo *explanatório*, por colocar ênfase na compreensão dos motivos, causas e explicações das iniciativas que deram certo e das ações que não atingiram seus objetivos iniciais a contento ou plenamente, uma vez que o caráter propositivo de nosso estudo - a elaboração de uma agenda de sugestões de ações, instituições e prioridades que se mostraram mais acertadas em termos de construção de economias nacionais com inserção global cujo foco está no crescimento e aumento da competitividade por meio da inovação - nos obriga a entender e avaliar o que deu certo e por quê.

A capacidade de aprender com as experiências de outros países é apontada por inúmeras fontes (EIU, OCDE, EU) como uma das principais forças dos sistemas nacionais de inovação mais exitosos. Com efeito, a existência de instituições e pessoal qualificado para fazer o acompanhamento de iniciativas internacionais e estabelecer comparações com o caso nacional distingue os Sistemas Nacionais de Inovação de diversos países, por exemplo, Irlanda, Reino Unido e Canadá, conferindo a eles a fundamental capacidade de pensar estrategicamente o futuro, antecipando-se às grandes tendências e transformações e mantendo-se adiante dos países com os quais competem direta ou indiretamente.

Essa pesquisa, portanto, ataca uma das principais fraquezas das políticas brasileiras voltadas à inovação: a ausência de instrumentos de acompanhamento, avaliação e *benchmarking* de outras experiências relevantes no campo da inovação. Além disso, ela procura dar conta de um segundo problema, o da continuidade desses mecanismos de aprendizagem com experiências internacionais por meio das propostas de montagem de um sistema de acompanhamento do estado da arte internacional em termos de políticas públicas voltadas à inovação.

A estratégia do estudo de casos comparados demonstra suas maiores forças quando pode contar com a comparação entre vários casos (Yin, 2003;

Punch, 2000). Este projeto avaliará as iniciativas, políticas públicas e estratégias de mobilização do empresariado mais distintivas de cada um dos sete países, comparando-os com o Brasil, de modo a:

1. Capturar o estado da arte das iniciativas de inovação, seus resultados, virtudes e dificuldades;
2. Montar um painel com os principais programas e políticas voltadas para a inovação;
3. Registrar os êxitos concretos alcançados por essa mobilização;
4. Traçar a trajetória desses movimentos, destacando seus responsáveis, suas virtudes e suas dificuldades;
5. Elaborar um quadro de possibilidades para a mobilização do empresariado brasileiro, a partir de iniciativas originadas no âmbito público e privado;
6. Oferecer à ABDI uma série de recomendações e metodologia, com base nas experiências internacionais e nas possibilidades nacionais, para a estruturação de movimentos de empresas e empresários orientados para estimular os processos de inovação e melhorar a competitividade da economia.

O contato com experiências no exterior fornecerá material para a articulação de complementaridades entre as iniciativas de mobilização que podem interessar ao esforço brasileiro de mobilização pela inovação. O projeto MOBIT não pretende, portanto, dar conta dos diferentes Sistemas Nacionais de Inovação em seu todo, mas sim analisar, inseridos em seus contextos específicos, o que cada um deles fez de mais avançado para melhorar sua competitividade.

O projeto MOBIT acompanhará os casos mais relevantes desenvolvidos nos sete países, levando em conta:

1. A importância teórica e prática de cada um dos países e das suas experiências de maior destaque para se compreender a trajetória recente deles;
2. A seleção dos países e dos casos estabelecidos a partir de critérios baseados nas indicações da ABDI, na sugestão de planejadores

- públicos, na literatura acadêmica internacional, em levantamentos via internet, por contatos diretamente feitos com pesquisadores e *policy makers* e a partir de entrevistas presenciais, no exterior e no Brasil;
3. A possibilidade de replicabilidade das experiências internacionais no contexto brasileiro.

### **3.2. A escolha dos casos/países: critérios de seleção e relevância**

O grupo de sete países que iremos estudar foi selecionado levando-se em conta a relevância de cada caso em termos de possibilidades de aprendizado com as iniciativas de mobilização mais importantes dos países, os pontos fortes e fracos de cada um. Interessa, sobretudo - e esse foi, ao fim e ao cabo, o critério mais importante - selecionar os aspectos que julgamos significativos para o caso do Brasil.

A Irlanda possui forte experiência no desenvolvimento de programas e políticas voltados para a formação e qualificação de recursos humanos, aspecto que tem sido apontado pela literatura internacional como o fator mais importante e bem sucedido no que se refere às iniciativas de mobilização pela inovação implementadas naquele país.

O caso canadense chama a atenção por ser a *estratégia nacional global* de inovação e aprendizagem de maior sucesso atualmente. As políticas e iniciativas do Canadá diferem das demais - ou melhor, sobressaem entre as demais - pela capacidade de articulação e coordenação das diferentes agências, atores e programas envolvidos, o que vem a ser em muitos casos o principal gargalo das iniciativas de mobilização pela inovação - nesse particular, o Brasil é quase paradigmático.

A França desenvolve atualmente as iniciativas ligadas aos *Pôles de Compétitivité*, programas que visam fazer o país avançar em áreas críticas (em que ela perdeu ou está perdendo competitividade) por meio de uma articulação público/privado/centros de pesquisa. Além disso, o tamanho, importância e

envolvimento do Estado francês na economia constituem aproximações óbvias com o Estado brasileiro.

O exemplo de mobilização empresarial em torno do *Council on Competitiveness* é uma contribuição importante dos EUA para este estudo. O casamento da iniciativa da sociedade com a vontade do Estado, superando a tradicional descentralização norte-americana, interessa ao Brasil por conta das dificuldades envolvidas na mobilização do empresariado brasileiro em torno de políticas de inovação. Acrescente-se a isso a estrutura federativa dos EUA, que coloca obstáculos à coordenação das políticas nacionais em nível estadual - o que tem paralelos evidentes com o caso brasileiro - e as similaridades geográficas (dimensões continentais) e demográficas entre os dois países, e temos um quadro do que haveria a aprender com o caso norte-americano.

No caso da Finlândia, o projeto MOBIT buscará informações sobre como ocorreu o salto em tecnologia que deu a eles domínio de algumas das mais importantes tecnologias atuais, sobretudo tecnologias de comunicações e informação - nas quais a Nokia figura como caso exemplar - colocando-os na dianteira do desenvolvimento dessa e de outras tecnologias e processos de inovação relevantes.

O Reino Unido conta com reconhecida *expertise* na implantação de políticas industriais e tecnológicas baseadas em *clusters* de alta tecnologia. Além disso, a recente reestruturação da máquina estatal britânica, que teve como objetivo criar instituições e programas condizentes com uma economia da inovação, pode oferecer preciosos ensinamentos para um país como o Brasil, em que a construção de instituições voltadas para a elaboração, implementação, articulação e coordenação de políticas de inovação ainda dá seus primeiros passos.

O Japão, enfim, foi selecionado por causa das características distintas de atuação do Estado japonês por meio do planejamento, apoio e envolvimento deste com as grandes corporações, acompanhado de escolhas tecnológicas estratégicas de enorme impacto na economia mundial (como no caso da microeletrônica).

A escolha desse grupo de países e o conjunto de experiências que o MOBIT tratará de conhecer - principalmente por meio de entrevistas qualitativas presenciais, seja no exterior, seja no Brasil - permitirá a construção de um painel minucioso de iniciativas já testadas, a compreensão das articulações sutis entre os setores público e privado, a natureza das dificuldades enfrentadas e os resultados concretamente alcançados.

## 4. A coleta de dados

O MOBIT trabalhará com os dados e informações oficiais fornecidos por cada um dos sete países. São seis as fontes às quais recorreremos:

1. Documentos de órgãos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e União Européia);
2. Outros dados oficiais dos países pesquisados;
3. Literatura acadêmica relevante sobre os casos do estudo;
4. Pesquisas na internet;
5. Coleta de dados *in loco* em universidades, instituições de pesquisa e entidades públicas e privadas relevantes;
6. Entrevistas com autoridades públicas, empresários e acadêmicos que serão realizadas nesses sete países.

As primeiras cinco fontes têm a função de subsidiar a coleta de dados *in loco* por meio da realização de entrevistas, que serão as fontes de dados mais importantes de nossa pesquisa. As entrevistas presenciais ocupam lugar insubstituível como meio de localizar não apenas as razões de sucesso das iniciativas, em geral disponíveis em documentos e publicações oficiais, mas sobretudo os problemas, dificuldades de elaboração e implementação, gargalos, falhas e avaliações, apontados pelos atores diretamente envolvidos, dos motivos de fracasso de uma ou outra iniciativa. Estamos em busca dos processos de monitoramento e avaliação dos programas e políticas, que constituem uma das deficiências básicas das políticas brasileiras. Sem a coleta de informações por meio de entrevistas presenciais baseadas em roteiro de entrevistas previamente preparado para cada país e cada entidade visitada, os aspectos finos, invisíveis ou não-publicizados das iniciativas de mobilização pela inovação de cada país não virão à luz, ficando a pesquisa carente de informações que, pela natureza de nosso trabalho, são indispensáveis para a elaboração de uma agenda de propostas para o Brasil.

No Projeto MOBIT daremos especial atenção a uma distinção metodológica fundamental do ponto de vista operacional e das perguntas, resultados e conclusões do estudo: a distinção entre unidade empírica e unidade analítica. A primeira constitui a unidade na qual se coletam os dados; a segunda, a construção teórico-metodológica alimentada pelos dados coletados junto à unidade empírica. Assim, nossas unidades empíricas podem ser divididas em três atores básicos:

1. Agências governamentais;
2. Empresas e empresários;
3. Pesquisadores e acadêmicos especialistas na área.

Esses são os atores com os quais coletaremos, por meio de entrevistas presenciais com Roteiro de Entrevistas, os dados mais importantes de nossa pesquisa.

A unidade analítica, no entanto, não se resume nem se esgota na enumeração dos atores a serem entrevistados; ela é composta pelas questões teóricas e metodológicas às quais queremos responder. Nesta pesquisa, nosso problema é examinar e aprender com *iniciativas internacionais de mobilização pela inovação*, ou seja, como aqueles diferentes atores podem ser enquadrados nesse conceito mais amplo que é a definição de nossa questão geral e o objetivo das propostas e sugestões que faremos ao fim do estudo para a mobilização brasileira em torno de iniciativas pela inovação.

#### **4.1. O processo de trabalho: equipe, funções, Produtos Internos e Produtos Finais**

As diferentes fontes de dados, Produtos Internos e Produtos Externos estão diretamente associados às diferentes etapas do nosso trabalho. Assim, apresentaremos brevemente as linhas gerais do processo de trabalho da pesquisa, a estrutura da equipe, cargos e funções, os Produtos Internos e os Produtos Finais a serem entregues à ABDI.

O processo de trabalho para a realização da presente pesquisa pode ser dividido em três partes:

1. A preparação para o levantamento das informações e da análise. Essa preparação inclui a elaboração de Dossiês dos países, Roteiro de Viagem e Roteiro de Entrevistas;
2. O trabalho de campo (viagens internacionais e nacionais);
3. A elaboração dos Produtos Finais.

As delegações incumbidas dos trabalhos de campo (viagens internacionais) são compostas por:

1. Um Pesquisador Sênior (pesquisador com nível de Professor Doutor ou superior), responsável pela condução das entrevistas, contatos e elaboração do Relatório de Viagem;
2. Um Pesquisador Júnior (membros da equipe de base, excluído o coordenador geral), responsável por dar assistência ao Pesquisador Sênior.

As delegações serão compostas preferencialmente pelos membros da equipe de base (que nas viagens desempenharão o papel de Pesquisadores Juniores) que ficaram encarregados da elaboração dos Dossiês da cada país. A seguir, apresentamos o Roteiro de Viagens, especificando funções, Produtos Internos e Produtos Externos das viagens internacionais:

1. Cada país será visitado por uma dupla de pesquisadores (Sênior e Júnior), chefiada pelo Pesquisador Sênior, contratado pelo Cebrap especialmente para essa tarefa. A coordenação do MOBIT fará a seleção e indicará os países e respectivos consultores que serão responsáveis pelas entrevistas no exterior. O Pesquisador Sênior será assistido por um Pesquisador Junior;
2. Cada viagem deverá gerar um relatório com as principais informações colhidas nas entrevistas e contatos no exterior. Esse relatório será assinado pela dupla de entrevistadores, porém, caberá ao Pesquisador Sênior a responsabilidade última pela redação desse relato. Além disso, o Pesquisador Sênior será responsável pela apresentação desse relatório num *workshop* por ocasião do retorno da delegação ao Brasil. E também se comprometerá a participar do

*workshop* que discutirá o Relatório Internacional e do Seminário Final do projeto, a ser realizado em outubro (datas acima).

3. O relatório de viagem não deverá ter mais do que 10 páginas e deverá seguir rigorosamente o roteiro fornecido. Não se trata de transcrever entrevistas, mas de registrar os pontos mais relevantes captados no exterior, articulá-los com a política/programa desenvolvido por cada país e destacar impactos alcançados, dificuldades e gargalos enfrentados na sua implementação. Esses registros deverão realçar os ensinamentos e as recomendações voltadas para o caso brasileiro. Por isso mesmo, o cruzamento de informações de distintas fontes ajudará a separar o tom oficial (muitas vezes embebido por uma preocupação de “marketing” ou de “vontade”) da realidade. Tanto as políticas de governo, quanto os resultados anunciados pelos movimentos de empresários deverão passar pelo crivo da realidade. Desse ponto de vista, o relatório, apesar de concentrado, deve buscar o maior rigor analítico possível. Trata-se, portanto, de uma síntese de viagem, orientada para a elaboração do Relatório sobre as experiências dos países e para o Relatório Final, que conterá as recomendações para o Governo brasileiro;
4. Apresentação do Relatório de Viagem em um *workshop* da Pesquisa;
5. Participação no *workshop* de discussão do Relatório das experiências dos sete países;
6. Participação no *workshop* internacional de discussão do Relatório Final da Pesquisa;
7. As entrevistas, com duração prevista de 60 minutos (em média) terão como alvo preferencial os planejadores públicos dos sete países, seguidos pelos representantes de associações e/ou movimentos vinculados à inovação e por acadêmicos especialistas nos temas;

8. A coordenação do MOBIT prevê viagens de 5 a 7 dias de duração e a realização de um conjunto de até oito entrevistas por viagem;
9. A montagem da agenda de entrevistas no exterior será feita a partir de critérios definidos pela Coordenação do MOBIT em conjunto com a ABDI. É fundamental que a dupla de pesquisadores designada para cada viagem esteja integrada ao processo de definição e seleção das entidades e personalidades a serem entrevistadas.

A seleção, planejamento e agendamento das entrevistas será de responsabilidade da coordenação do MOBIT, que tentará conciliar calendários, agendas e compromissos de entrevistados e entrevistadores. Nesse sentido, a sintonia entre a dupla de entrevistadores e a Assistente de Logística será fundamental.

As viagens nacionais (entrevistas com entidades brasileiras envolvidas com inovação e seus temas correlatos) serão realizadas pelo coordenador executivo, pelas assistentes de coordenação e pelos pesquisadores.

Os Produtos Internos são os materiais produzidos para preparar o trabalho de campo (viagens internacionais e entrevistas no Brasil) e subsidiar a elaboração dos Relatórios de Viagens e dos Produtos Finais. Os principais Produtos Internos são os seguintes:

1. Dossiês: Inovação Irlanda, Inovação Canadá, Inovação EUA (Primeira Fase) e Inovação Inglaterra, Inovação Finlândia, Inovação França e Inovação Japão (Segunda Fase). Os Dossiês são o Produto Interno mais importante, pois eles servirão para preparar o trabalho de campo e para subsidiar a atuação dos Pesquisadores Seniores;
2. Roteiro de Entrevistas Geral;
3. Roteiro de Entrevistas País/Entidade: o Roteiro de Entrevistas Geral será desdobrado em Roteiros de Entrevistas específicos para cada país e entidade. Com isso, garantimos a comparabilidade dos dados coletados (perguntas iguais que serão feitas em todas as entrevistas) e a exploração de temas e questões específicas aos países e

entidades, garantindo a abordagem de temas particulares e relevantes;

4. Relatórios de Viagens apresentados pela equipe de pesquisadores que formou a delegação para cada país, sob responsabilidade do Pesquisador Sênior;
5. Relatório de Campo, com avaliação dos instrumentos de coleta de dados (Roteiro de Entrevistas), das atividades de campo e sugestões de aprimoramento dos procedimentos de campo (Roteiros de Entrevistas, contatos, visita a instituições);
6. Banco de dados de entidades;
7. Banco de dados de documentos, publicações e artigos sobre cada país;
8. *Workshops* internos de:
  - Discussão do Delineamento Metodológico;
  - Discussão dos Dossiês;
  - Treinamento das equipes para o trabalho de campo (viagens internacionais e nacionais);
  - Discussão dos Relatórios de Viagem;
  - Discussão dos relatórios de viagem internacionais;
  - Discussão das viagens no Brasil;
  - Discussão do Relatório Final.

Os *workshops* internos contarão com a presença da equipe base e dos Pesquisadores Seniores chefes de delegação nas viagens internacionais.

Os Produtos Externos são os seguintes:

1. Relatório de Delineamento Metodológico do Projeto. Metodologia para Conceber e Executar Plano de Mobilização Brasileira pela Inovação Tecnológica e Cronograma de Execução do Projeto;
2. Resenha bibliográfica da literatura nacional e internacional sobre inovação;

3. Roteiro de entrevista – Fase Internacional;
  4. Roteiro de entrevista – Fase Nacional;
  5. Relatório Sumário dos Workshops;
  6. Relatório Inovação Irlanda;
  7. Relatório Inovação Canadá;
  8. Relatório Inovação EUA;
  9. Relatório Inovação França;
  10. Relatório Inovação Inglaterra;
  11. Relatório Inovação Finlândia;
  12. Relatório Inovação Japão;
  13. Relatório Analítico–Comparativo das Experiências de Mobilização e Construção Social e Institucional de Ambientes Nacionais de Inovação: os casos EUA, Canadá, França, Irlanda, Inglaterra, Finlândia e Japão;
  14. Relatório Analítico Inovação Brasil;
- Relatório Final do Projeto: Metodologia para Conceber e Executar Plano de Mobilização Brasileira pela Inovação Tecnológica;
15. Seminário Brasileiro sobre Ambientes Nacionais;
  16. Sumário das discussões, propostas e contribuições do Seminário Internacional.

Os Produtos Finais mais importantes são os grandes Relatórios, a partir dos quais elaboraremos as propostas e recomendações para o Plano de Mobilização Brasileira pela Inovação Tecnológica:

1. Síntese das experiências internacionais;
2. Síntese de algumas experiências nacionais;
3. Relatório final, com recomendações.

## 5. Referências bibliográficas

- PUNCH, K.(2000). Introduction to Social Research. Thousand Oaks: Sage Publications.
- YIN, R. K. (2003). *Case Study Research: Design and Methods*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- The Economist Intelligence Unit (2006). *Country Profile 2006*, vários.
- OECD Economic Surveys (2006), vários.
- European TrendChart on Innovation (2006). *European Innovation Progress Report 2006*.
- Banco de Dados do banco Mundial (2006 e 2007)
- Banco de dados econômicos do FMI (2006)